

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Biegging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-461-2

2025

Alejandro Weyber Rodrigues de Souza¹

CORPOS DISSIDENTES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA
SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS PRÁTICAS
CORPORAIS DE UM DOCENTE EM CONSTRUÇÃO²

2

Narrativa de prática escrita para a avaliação da disciplina de Seminários de Educação Física Escolar, do Programa de Pós-graduação em Educação Física Escolar da Universidade São Judas Tadeu.

1

Estudante do curso de Doutorado em Educação Física da Universidade São Judas Tadeu, orientado pela professora Dra. Isabel Porto Filgueiras, e-mail: weybergoias@gmail.com

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-461-2.3

RESUMO

O presente trabalho apresenta um relato de experiência reflexiva sobre uma intervenção pedagógica realizada nas aulas de Educação Física, com foco na problematização das desigualdades de gênero no ambiente escolar. Parte-se da compreensão de que a escola é um microcosmo das tensões sociais mais amplas, sendo, portanto, um espaço privilegiado para o enfrentamento de opressões estruturais, como o sexismo, a homofobia e a (cis)heteronormatividade. A Educação Física, enquanto componente curricular que lida diretamente com o corpo e sua expressão cultural, assume papel central na constituição de sujeitos críticos, desde que articulada a uma perspectiva pedagógica comprometida com a transformação social. Inspirado em autores como Ball (2002), Bracht (2019), Almeida (2021), Nobre (2021) e Bossle (2023), o trabalho em questão defende que as práticas pedagógicas da Educação Física Escolar devem transcender o ensino técnico de habilidades motoras, posicionando-se como possibilidades de questionamento das normas hegemônicas que historicamente marginalizaram corpos dissidentes. Nesse sentido, a presente narrativa propõe uma abordagem ética, política e humanizadora do ensino, alinhada à promoção da justiça social e formação cidadã. Tal proposta rejeita a neutralidade pedagógica e reconhece a importância da escuta, da reflexão e do engajamento crítico dos educadores diante das múltiplas opressões. A experiência relatada evidencia as possibilidades de construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade de gênero, desde que sustentada por uma postura crítica, sensível às dinâmicas sociais e dispostas a transformar as relações humanas. Assim, o referido trabalho reforça a tese de que o ensino da Educação Física Escolar deve priorizar a formação de sujeitos conscientes e transformadores, capazes de reconhecer e enfrentar as injustiças sociais. A metodologia adotada fundamenta-se na articulação entre prática docente e reflexão teórica, buscando contribuir para a consolidação de uma Educação Física Escolar respeitosa em relação à diversidade humana, promotora de conhecimentos e comprometida com a justiça social.

Palavras-chave: Educação Física Escolar; Questões de Gênero; Justiça Social.

INTRODUÇÃO

Entender o conceito de gênero e sua relevância nas relações sociais é essencial para a formação de identidades saudáveis e respeitadas dentro do ambiente escolar. O gênero, algo que vai além do binário homem-mulher, molda não só a percepção que temos de nós mesmos, mas também influencia as interações no espaço social. Nas aulas de Educação Física Escolar, por exemplo, as questões de gênero se expressam de forma marcante. As dinâmicas vivenciadas pelos estudantes de diferentes gêneros revelam como essas construções sociais se manifestam, muitas vezes, de maneira prejudicial, o que pode levar a comportamentos que perpetuam estereótipos e desigualdades.

Não distante desse assunto, quando refletimos sobre a formação integral dos estudantes, percebemos que o ensino de Educação Física não se resume ao conhecimento de técnicas esportivas ou promoção da saúde física. Trata-se também de formação da consciência humana sobre as relações sociais para a promoção da justiça social. Nesse sentido, as práticas pedagógicas da Educação Física, se articuladas a partir de uma perspectiva crítica, tornam-se capazes de questionar tanto as desigualdades quanto os discursos normativos que sempre excluíram os corpos dissidentes. Sobre isso, Bracht (2019) salienta que a Educação Física deve se envolver nos debates sobre as questões sociais e desenvolver discursos e pontos de vista críticos em relação às diferentes formas de opressão que operam dentro das escolas, incluindo sexismo, homofobia e (cis) heteronormatividade.

Amparado nessas ideias, este relato de experiência reflexiva discorre sobre as dificuldades e potencialidades de uma intervenção pedagógica envolvendo as desigualdades de gênero em uma aula de Educação Física ministrado numa escola pública e periférica da rede estadual de ensino da cidade de Aparecida de Goiânia-Go.

A ideia do presente trabalho não é a de conectar o incidente crítico e pedagógico à construção teórica da Educação Física, nem com o modo de ver de Heidegger (considerado a base do corpo de estudos relacionados à ética e política), mas pensar em maneiras de expandir a formação ética, política e humana na escola (Philpot *et al.*, 2021).

Assim, a disposição deste texto baseia-se na premissa de que o ensino de Educação Física, antes das técnicas, deve estar engajado na construção de indivíduos capacitados a reconhecer, questionar e transformar as realidades caracterizadas por injustiças. A narrativa que se apresenta combina a experiência da prática, a voz reflexiva docente e as representações teóricas, todas centradas no desejo de contribuir para o desenvolvimento de uma Educação Física escolar promotora de múltiplos saberes, com vistas ao exercício da cidadania e, por conseguinte, promotora da justiça social.

NARRATIVA DA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

A escola pública onde trabalho está localizada numa região denominada *Cidade Livre*. Trata-se de uma área periférica da cidade de Aparecida de Goiânia-Go que, durante muitos anos, carregou as marcas da desigualdade social, violência e criminalidade. Criada a mais de quarenta anos, a referida escola oferece o Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio. Em sua maioria, o corpo discente da escola é constituído de estudantes oriundos de famílias que se encontram em situação de grande vulnerabilidade social. Em específico ao trabalho pedagógico com a disciplina de Educação Física, o presente relato se debruçou sobre uma turma de estudantes do 9º Ano do Ensino Fundamental II, com idades variando entre 14 a 16 anos.

Iniciando, as aulas de Educação Física foram ministradas em dois dias por semana no pátio externo/interno da escola, pouco equipado para atividades esportivas. Planejei um circuito de estações que incluía desafios cooperativos para introduzir a ideia de trabalho em equipe, a importância de ouvir e o valor de respeitar os pensamentos uns dos outros durante o processo de escuta. Quando coloquei a turma em grupos mistos de meninos/meninas e os dividi para trabalhar, notei que alguns estudantes estavam desconfortáveis. Especialmente em torno de dois estudantes, em particular, eles não queriam se envolver com o discente considerado "diferente" pela turma. Este era Augusto (um pseudônimo), um estudante de 14 anos que não se encaixava nas normas de gênero defendidas pela maioria de seus colegas. Augusto parecia mais normal e seu papel de gênero não se encaixava na ideia padrão de masculinidade.

Enquanto a atividade estava sendo explicada, um estudante que se recusou a participar com Augusto comentou em voz alta para ele: *"Ah, não, professor. Manda essa bichinha jogar com as meninas, onde ele pertence."* Alguns da turma riram, enquanto outros olharam para os colegas ignorando toda a situação. De imediato, Augusto fechou o rosto e seus olhos transpareceram sentimento de revolta e tristeza. Interrompi imediatamente o trabalho do circuito, quando me dei conta do ocorrido, e pedi a todos na quadra para se sentarem no chão em círculo para um diálogo aberto.

Confesso que não foi a primeira vez que isso aconteceu em relação a Augusto. Em semanas anteriores, Augusto havia sido ridicularizado pelos demais colegas da turma devido sua forma diferente de andar (nutrida de movimentos considerados femininos); falar muito baixo; e praticar jogos não-competitivos. No encaminhar da situação, havia chamado alguns estudantes da turma de Augusto para conversar e depois em particular com ele. Pelos encaminhamentos pedagógicos, acreditei que o problema havia sido solucionado até presenciar o seguinte incidente mencionado.

Como se observa, por um lado, a situação revelou o modo pelo qual as práticas discriminatórias estavam enraizadas na escola. Por outro, demonstrou a necessidade de uma abordagem mais estrutural e coletiva na comunidade escolar. Então, desde essa primeira intervenção, observei que Augusto passou a ser menos envolvido nas atividades, tornando-se visivelmente retraído e menos confiante. Na verdade, era impossível não prestar atenção nisso, principalmente se nossa concepção de Educação Física estiver assentada na ideia de incluir a diversidade humana nos processos de formação sociocrítica.

O que me fez pausar as atividades do circuito naquele momento foi um sentimento enorme de injustiça em relação a Augusto. De imediato, notei que precisava me posicionar e colocar minha indignação diante da passividade cruel da maioria da turma. Então, com os estudantes sentados em círculo no chão da quadra, iniciei a escuta perguntando ao grupo como é viver com as diferenças e o que faria alguém se sentir deslocado do ambiente comunitário. Logo, os estudantes começaram a manifestar suas dores relacionadas ao *bullying*, aparência física e ausência de habilidades motoras em algumas atividades. E a cada rodada de diálogo percebia o desinteresse de Augusto em se manifestar. Mesmo assim, ouviu tudo em silêncio, apenas com o olhar atento a cada palavra proferida pelos colegas de turma.

Na conversa, fiquei impressionado pela quantidade de estudantes que estavam reproduzindo discursos oriundos das redes sociais, das igrejas conservadoras e das famílias patriarcais. Me chamou muito a atenção alguns comentários que, no entendimento deles, eram naturais. Frases do tipo "*isso é coisa de menina*" ou "*quem joga vôlei é gay*" dominaram aquela conversa de chão de quadra. Ao vivenciar isso, percebi que era necessária uma tarefa pedagógica de médio prazo para combater essa realidade nefasta e cruel. Não falo apenas de comentários discriminatórios, mas de provocar a construção de um significado diferente de corpo, gênero e humanização visto que, conforme salienta Almeida (2021), as práticas corporais

na escola são atravessadas por construções sociais que sinalizam onde um corpo pode ou não pode estar e, portanto, cabe ao docente subverter essas normas.

Diante desses ocorrido, elaborei uma proposta interdisciplinar para apresentar a turma e intitulei de *"Corpo, Gênero e Humanização na Escola"*. Propus um conjunto de ações desde mesas redondas, apresentação de curtas-metragens, produção de cartazes e recriação de jogos tradicionais, sempre com o objetivo de valorizar a diversidade dos discursos e a desconstrução de estereótipos. Em colaboração com a professora de Língua Portuguesa, os estudantes elaboraram textos opinativos sobre respeito às diferenças e que foram expostos no pátio da instituição de ensino.

Mesmo assim, preciso dizer que o caminho foi difícil. Alguns estudantes da turma demonstraram resistência, principalmente os estudantes do sexo masculino que consideraram as mesas redondas embaraçosas e, nos termos deles, muito "comunistas". Em uma das atividades, um estudante verbalizou a seguinte expressão: *"Agora não se pode nem brincar mais, tudo é preconceito"*. Esse comentário demonstrou que era difícil combater a trivialização de insultos e a crença de que fazer uma piada era uma desculpa para agressão. Apesar de tudo isso, de acordo com Philpot et al. (2021), trabalhar com justiça social na Educação Física exige que os professores se envolvam estruturalmente com práticas excludentes e os discursos que as legitimam. Talvez pela inexperiência e arcabouço teórico-metodológico, faltaram isso para mim e para a professora de Língua Portuguesa da referida escola.

Durante o processo, confiei no apoio da coordenação pedagógica, obtendo endosso institucional para realizar as atividades. É importante salientar também que, no desenrolar das ações, me encontrei com os pais de Augusto. Eles reclamaram muito a respeito de Augusto ter sido alvo de tais problemas em escolas anteriores e que estavam considerando a possibilidade de retirá-lo da escola.

Após essa conversa, sugeri a administração da escola que estabelecêssemos uma forma interna de ouvir e acolher os estudantes em circunstâncias vulneráveis — mesmo informalmente, antes de uma política institucional sólida ser desenvolvida.

Também parece relevante, como destaca Bracht (2019), considerar a escola como um espaço de conflito de significados, principalmente a Educação Física que historicamente carrega marcas de práticas excludentes. Assim, notei que a Educação Física precisaria ser também reinventada em termos inclusivos e críticos. A experiência com Augusto serviu para mais uma vez confirmar que o binarismo de gênero molda o que é permissível para meninos e meninas fazerem e, ao fazê-lo, circunscreve toda a prática corporal e legitima exclusões simbólicas e materiais. Dado que a expressão do corpo é múltipla e atravessada por contextos sociais, culturais e afetivos, ressalto que o currículo de Educação Física precisa ser continuamente revisado para não replicar hierarquias e estigmas encontrados em outros espaços.

Portanto, os acontecimentos relatados neste trabalho são frutos de reflexões críticas de um docente em construção que, apesar de pouco mais de quinze anos de sala de aula, se viu diante de situações que exigiam estudo, formação teórica e, acima de tudo, posicionamento sociopolítico. Ainda, reforço que esse ocorrido foi o incidente experiencial que me fez repensar sobre minhas próprias práticas pedagógicas e que exigiram confrontação, atos formativos críticos e escuta atenta alinhada à intervenção cuidadosa. De antemão, posso afirmar que os resultados imediatos foram mistos, mas o comportamento dentro de um segmento da turma mudou gradualmente à medida que alguns estudantes conseguiram formar frente política de luta e resistência atrelada a uma consciência crítica e humanizada.

ANÁLISE CRÍTICA DO INCIDENTE SOB A PERSPECTIVA TEÓRICA

A vida escolar evidencia como, em uma variedade de contextos escolares, o currículo de Educação Física continua a funcionar com base em construções que perpetuam desigualdades de gênero e sexualidade. A situação de Augusto demonstra que a expressão de discriminação ostensiva envolve não apenas a manifestação de preconceito explícito, mas também a existência contínua de sistemas pedagógicos que sufocam, categorizam e classificam corpos e identidades como “normais.” Segundo Almeida (2021), o corpo é dividido, na cultura escolar, por discursos que prendem seus sujeitos e os fixam, de acordo com marcadores sociais das diferenças como o gênero, a raça e/ou a classe social. Bracht e Almeida (2019) acrescentam que o ensino de Educação Física está repleto de dilemas nos quais se mostram necessárias práticas pedagógicas críticas para desconstruir os significados excludentes atribuídos às práticas dos corpos.

Não obstante, temos hoje uma realidade fruto de inúmeras constâncias. A literatura acadêmica revela, por exemplo, que a Educação Física ao longo de sua história fortaleceu a predominância de padrões corporais associados à masculinidade hegemônica. Nesse processo, os sujeitos que se apresentavam com outras formas de viver o corpo eram e ainda são frequentemente marginalizados nas aulas de Educação Física Escolar. A observação homofóbica feita ao incidente de Augusto reforça mais uma vez a predominância de corpos masculinos em detrimento dos demais corpos considerados fora dos padrões estabelecidos socialmente pela classe dominante.

De acordo com Philpot *et al.* (2021), práticas discriminatórias nas aulas de Educação Física são sustentadas por uma «cultura <oculta> de exclusão», onde os professores precisam desafiá-la propositalmente. Nessa mesma concepção, Almeida (2017) indica

que práticas pedagógicas inovadoras devem ser orientadas por valores de equidade, respeito à diversidade e de diálogo com as realidades dos sujeitos.

As proposições dos autores se encontram muito com a realidade de Augusto. Primeiro porque para ele, a Educação Física acabava por ser um espaço de desprezo, desestímulo e baixa relevância para a sua formação humana. Segundo porque a reação da turma também revela muito da cultura escolar que, conforme evidenciado, normalizam as violências simbólicas como parte da existência humana cotidiana. Outros dados a serem observados nesse incidente referem-se aos risos e aos silêncios. Eles não são por acaso. Eles representam a manutenção da ordem dominante. Sobre isso, Ball (2002) argumenta que a performatividade na escola, em muitas situações, pouco se importam com os sujeitos apenas para manter a ordem reinando na maior parte do tempo, sendo a supressão da diferença o requisito não declarado para a pertença. De acordo com Rosa (2019), nos sistemas escolares contemporâneos, as políticas educacionais frequentemente falham em considerar os aspectos afetivos e éticos do ensino, limitando assim a capacidade de intervenção crítica.

No cenário que se apresenta, a decisão de suspender o curso da aula e gerar um momento de escuta coletiva foi uma lógica de ensino altamente incomum. Ao valorizar o estágio primordial da escuta e do debate, postulei que o ato de enfrentar a exclusão requer tempo pedagógico e intencionalidade política. Conforme ressalta Nobre (2021), o caráter político da educação está presente nas escolhas cotidianas de um professor, visto que ele deve considerar os conflitos como potenciais para construir e transformar a realidade em que atua. Bossle (2023), em diálogo com Paulo Freire, defende que uma prática pedagógica comprometida com a justiça social deve garantir a articulação entre o conteúdo e os significados que geram ou excluem a vida no espaço escolar.

Como se vê, apresentando aqui uma tentativa de alinhar teoria e prática, a proposta do projeto surgiu não apenas com a intenção de considerar as reações pontuais ao evento. Mas, o que posso afirmar com propriedades é que os debates sobre gênero e humanização se tornaram parte do currículo vivido daqueles estudantes, o que fortaleceu o vínculo educacional e abriu espaços para uma escuta mais plural e construtiva. Sobre esse assunto, Almeida (2021) salienta que os currículos sensíveis ao gênero proporcionam oportunidades não apenas para o reconhecimento das diferenças, mas também para moldar outras formas de conviver o coletivo e de compartilhar múltiplos saberes na escola. Ainda, Bracht e Almeida (2019) argumentam que ao incorporar temas sociais emergentes na ação pedagógica, a Educação Física torna-se capaz de repolitizar e reculturalizar-se, promovendo novos sentidos e significados às experiências vivenciadas.

Apesar de tudo, a resistência de alguns estudantes indica que discursos normativos funcionam de maneiras muito poderosas. A demanda exposta pelo "*direito de ser preconceituoso*" representa uma lacuna no sentido de reconhecer o que a exclusão realmente significa. Além disso, é preciso dizer que isso é uma defesa das prerrogativas de fala e conduta. Segundo Philpot *et al.* (2021), o trabalho pedagógico realizado em prol da justiça social é árduo porque perturbam sistemas simbólicos enraizados em nossa imaginação coletiva e que práticas inovadoras inicialmente são recusadas pelos sujeitos envolvidos por uma simples concepção resistente de percepção da realidade e de mudanças. Isso demonstra que dentro do dinamismo dos processos dialógicos, as mudanças são legitimadas.

Outro ponto que merece destaque refere-se ao esforço para estabelecer um canal de escuta na escola. Ao se preocupar com os efeitos sobre o sujeito e buscar apoio institucional para enfrentá-lo, o professor coloca em jogo a necessidade de uma regulamentação escolar que reconhece a violência simbólica e trabalha efetivamente para a sua superação. De acordo com Nobre (2021), práticas de cuidado educacional provocam mudanças substanciais

na relação com as coisas da escola. No mesmo sentido de pensamento, Rosa (2019) argumenta que é preciso existir mecanismos de escuta na política pública para estimular o pertencimento, principalmente de grupos historicamente marginalizados.

De modo geral, a exclusão de Augusto revela os limites enfrentados pela Educação Física quando se encontra diante de situações de (cis)heteronormatividade e de lógica binária de gênero. Sobre isso, sabemos que a forma como são divididas as atividades para meninos e meninas na escola muitas vezes reforçam amarras sociais e sustentam estereótipos de gênero. Ainda, apesar dos avanços teórico-metodológicos sobre a temática, é comum presenciarmos relatos de experiências atuais que evidenciam situações escolares que impede a vivência de práticas corporais importantes para o desenvolvimento humano. Como explica Almeida (2021), é necessário que as aulas de Educação Física Escolar sejam atravessadas por uma leitura interseccional que articula gênero, raça, classe e sexualidade como dimensões constitutivas da experiência corporal. Philpot *et al.* (2021) afirmam que, enquanto docentes críticos, precisamos questionar essas normatividades e colocar em prática propostas de ensino que visem a equidade e a transformação das relações escolares.

Portanto, é preciso dizer que o ato de viver a experiência também precisa ser considerado na formação docente continuada. Trata-se de um convite para o retorno à sua prática docente; às suas referências; e à sua escuta. Quando o docente opta por enfrentar o conflito, ele se posiciona pedagogicamente, afinal, os currículos não são neutros e qualquer decisão (ou omissão) é carregada de valores, disputas e afetos inscritos socialmente. Nesse preâmbulo, me encontro ainda iniciante nos estudos sobre Paulo Freire que reforça muito esse conceito. Mas digo, embasado nas ideias de Bossle (2023), que ensinar Educação Física crítica vai além da técnica. É um ato de coragem e bravura porque exige inspiração, dedicação, olhar aguçado para as diferenças e compromisso com a formação da consciência crítica rumo à libertação da classe oprimida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso pedagógico relatado ao longo deste trabalho permitiu refletir sobre as dificuldades que permeiam a prática diária nas aulas de Educação Física em face de situações de exclusão baseadas em marcadores de gênero. As situações ocorridas com Augusto ilustraram como os estudantes podem vir a sentir dor, alienação e silêncio quando formas normatizadas de preconceito são praticadas no espaço escolar. A escolha de interromper a proposta pedagógica para promover debates reascendeu o compromisso docente no ensino, visando reestabelecer novos caminhos pedagógicos baseados na escuta, na pluralidade e no reconhecimento do outro em sua totalidade.

No desenvolvimento da análise crítica do incidente, observou-se que os problemas da Educação Física Escolar atravessam por questões que vão além do mero planejamento técnico, mas também incluem olhar aguçado, sensibilidade, posicionamento político e abertura para a transformação da realidade escolar. É importante enfatizar também que o embasamento teórico utilizado na análise do incidente crítico evidenciou a urgência da revisão curricular na Educação Física e a necessidade de ampliação da formação docente continuada, visto que muitos docentes, assim como eu, devem passar por situações semelhantes sem saber que rumo tomar.

Por fim, diante de tudo que foi exposto e discutido, reforço que a Educação Física Escolar não deve ser simplificada ao aprendizado de habilidades motoras, mas deve ser estabelecida como um lugar de formação ética, social e humana. O encontro da vida escolar com Augusto evidenciou a necessidade de uma formação crítica e humanizada para o convívio com as diferenças e que a Educação Física enquanto componente curricular apresenta uma responsabilidade muito grande em relação a isso, principalmente no que diz respeito à promoção da justiça social e combate ao modelo (cis)heteronormativo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Felipe Quintão. Educação Física escolar e práticas pedagógicas inovadoras: uma revisão. **Corpoconsciência**, p. 7-16, 2017.
- ALMEIDA, Felipe Quintão de. **Organismo, corpo e linguagem na educación corporal: una mirada crítica**. Conexões, Campinas, SP, v. 19, n. 00, p. e021019, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8661452>.
- BALL, Stephen J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de educação**, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.
- BOCCATI, Paulo Augusto; SANTOS NETO, Samuel Ribeiro dos. **Alasdair MacIntyre e a Filosofia do Esporte: uma discussão comparativa sobre o conceito de prática**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 44, e010521, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e010521>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- BOSSLE, Fabiano; PRODÓCIMO, Elaine; MALDONADO, Daniel Teixeira (org.). **Diálogos da educação libertadora de Paulo Freire com a educação física escolar**. 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2023. 147 p. il., figs.
- BRACHT, Valter; ALMEIDA, Felipe Quintão de. Pedagogia crítica da educação física: dilemas e desafios na atualidade. **Movimento**, v. 25, p. e25068, 2019.
- DA ROSA, Sanny Silva. Uma introdução às ideias e às contribuições de Stephen J. Ball para o tema da implementação de políticas educacionais. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-17, 2019.
- DE ALMEIDA, Felipe Q. Estudos sociocríticos e/ou pedagogias críticas em Educação Física: na, da ou desde a América Latina?(Estudios sociocríticos y/o pedagogias críticas en Educación Física:¿ en, de o desde América Latina?). **Ágora para la Educación Física y el Deporte**, v. 23, p. 119-139, 2021.
- NOBRE, Eliacy dos Santos Saboya. **Política e educação em Freire: um debate teórico-conceitual sobre a politicidade da educação**. Revista Escripturas, v. 5, n. 2, p. 272-292, 2021.
- PHILPOT, Rod et al. **Taking action for social justice in HPE classrooms through explicit critical pedagogies**. Physical Education and Sport Pedagogy, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17408989.2020.1867715>